

Ação contra quercistas atinge nova fase

Procuradoria adota medidas mais duras durante investigação de enriquecimento ilícito

Rogério Assis/AE—27/7/91

RICARDO BALTHAZAR

A Procuradoria de Justiça do Estado está tentando abrir caminhos novos para a investigação de casos de corrupção, a partir da apuração de suspeitas de enriquecimento ilícito que atingem três colaboradores do ex-governador Orestes Quêrcia. Na semana passada, o promotor José Silvino Perantoni encaminhou duas ações para integrar ao patrimônio público um lote de 13 apartamentos da coleção comprada pelo ex-presidente da Eletropaulo e da Sabesp, Alfredo Almeida Júnior, o Alfredinho, durante sua passagem pelo governo. Desde que teve os bens seqüestrados pela Justiça, em junho, ele não pode vender nem alugar os imóveis.

É uma medida muito mais eficaz do que a empregada contra o ex-presidente do Metrô, Antônio Sérgio Fernandes, o mais abonado dos quercistas sob investigação. Fernandes comprou fazendas, terrenos em Alphaville e cavalos, e saiu do governo com US\$ 6,5 milhões mais rico. Sua investigação, conduzida pelos promotores Dráusio Barreto e Sérgio Mendonça, foi a mais curta - durou oito meses - mas se encerrou

com um anticlimax: foi expedido um mandado de prisão preventiva contra Fernandes, o cunhado e dois ex-auxiliares, porém, até hoje, três meses depois, o ex-presidente do Metrô ainda está foragido da polícia.

"Levou muito tempo para que as coisas começassem a acontecer, mas seria bom que esse tipo de punição virasse norma", diz o líder do PT na Assembleia Legislativa, deputado Luiz Carlos da Silva. "Não dá para alguém roubar e ficar por isso mesmo." O procurador de Justiça do Estado, Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, justifica a demora por um problema jurídico. "É muito complicado equacionar juridicamente esses casos", explica. "A nova lei do enriquecimento ilícito não é tão clara quanto a antiga em alguns pontos." Não é só isso. O próprio Dal Pozzo reconheceu no passado que existem pressões políticas sobre o trabalho dos promotores que chefia.

Demora — A investigação mais demorada que ele comanda é a que apura o enriquecimento do ex-assessor de comunicação social de Quêrcia, Carlos Rayel, que deixou o governo com um patrimônio estimado em US\$

3,5 milhões, composto por imóveis, duas revendedoras de veículos e duas emissoras de rádio. O caso é apurado há 16 meses e ainda está longe de terminar. Segundo Dal Pozzo, a última providência tomada pelos promotores do caso foi pedir ao Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) informações sobre as rádios — o mesmo estágio em que as investigações se encontravam no início do ano.

Em outro caso, o que envolve irregularidades na importação de equipamentos eletrônicos de Israel, a atuação da Procuradoria não tem sido apenas lenta. Até agora, para Dal Pozzo não há irregularidades, mas as investigações conduzidas por promotores da Justiça Federal dizem o contrário. Eles encontraram vários indícios de que as importações foram superfaturadas, sofrem freqüentes ameaças de morte e até denunciaram o delegado da Polícia Federal que apurou o caso por prevaricação. O Ministério Público Federal também está envolvido na investigação sobre Rayel e Alfredinho. Pretende pegá-los como sonegadores do Fisco e, no caso do ex-presidente da Eletropaulo, falta pouco.



Rayel
*A apuração
mais demorada*